

# QUARENTA E UM ANOS...

cmf 2.1.10.3.6

Odilon Nogueira de Matos

Há quarenta e um anos, na data de hoje, o país era surpreendido com a mais brutal violentação do regime republicano, numa época em que ele nem havia ainda completado meio século de existência. O Presidente da República, eleito regularmente nos termos da Constituição de 1934, por meio de um golpe de Estado, abolia o poder legislativo em todos os níveis, suspendia todas as garantias constitucionais e anulava a própria Constituição, a segunda do período republicano, e que, assim, tão pouco durou. A exposição de motivos com que justificou o ato pleno daquele cinismo tão próprio dos que têm inclinação para ditador, serviu, entretanto, para mostrar quão pouco consciente estava o país de uma real vocação democrática. De seus ministros, apenas um — o sr. Odilon Braga — recusou-se a pactuar com a farsa, enquanto que nos estados, aqueles mesmos que haviam sido eleitos para os respectivos governos, dispunham-se, agora, ao papel de meros “interventores”, locotenentes do chefe da nação, verdadeiros donatários de capitânicas, apenas não hereditários e sem as garantias com que

os atos quinhentistas limitavam o poder dos primeiros donos de nossa terra.

O famigerado documento que induziu o Presidente da República ao seu ato de vontade e arbítrio soberanos, tem sido incluído entre os mais famosos exemplos de mistificação e de forjicação de documentos de toda a história da humanidade. E o curioso, no caso, é que seu indigitado autor, há pouco falecido, tornou-se muitos anos depois o autor da mais violenta crítica ao “Estado Novo”, que ele ajudou a construir. Quando teria sido sincero? em 1937 quando forjicou o “Plano Cohen”, ou em 1969, quando escreveu o livro “Reforma para o Brasil”? Para mim, em nenhuma das duas ocasiões. Julgue-o a História.

Uma sabedoria, contudo, não se pode negar ao Presidente que pôs fim à curtíssima Segunda República: soube atender habilmente ao preceito maquiavélico, segundo o qual não se deve destruir uma coisa sem ter outra prontinha para pôr em seu lugar, mesmo que seja pior. O mesmo ato que rasgou a Constituição de 1934, outorgou uma nova carta constitu-

cional, sem aquele intervalo que costuma haver em casos similares. O substitutivo já estava prontinho, elaborado, por certo, já há algum tempo (ninguém escreve uma constituição de um dia para o outro), a mostrar que o plano vinha sendo maquinado de longa data bem à sombra da campanha que se desenvolvia para as eleições presidenciais de janeiro de 1938.

Oito anos depois o chamado “Estado Novo” acabou ficando velho... Envelheceu prematuramente, vítima de suas próprias contradições. A “Polaquinha” (como o povo passou a chamar a Constituição de 1937, pela influência que dizem ter sofrido da constituição da Polônia), durou apenas o dobro de sua antecessora... Mas, lamentavelmente, os homens de 1945 não tiveram nada pronto para por em seu lugar, o que permitiu que o saudosismo voltasse mais depressa do que se esperava. E de então para cá, muita água passou por debaixo da ponte. Alguém poderá perguntar: e o resto? Só respondendo como Shakespeare, no “Hamlet”: “The rest is silence...”

Correio Popular - 10-XI - 1978